

A Dialética Invertida: 1960-1990

Emília Viotti da Costa*

“Mai 68, on a refait le monde. Mai 86, on refait la cuisine”,¹ o dístico bem-humorado de um anúncio publicado em maio de 1986 no jornal francês *Le Monde*, por uma companhia que vende cozinhas modernas aos consumidores franceses, captura um momento de transição da cultura engajada ao consumismo que, à primeira vista e a um observador incauto, parece, de fato, encontrar correspondência na transformação da historiografia européia nos últimos anos, transformação essa que, tendo em vista a nossa dependência em relação aos centros hegemônicos da cultura, provoca inevitavelmente ecos na América Latina. É bem verdade que se pode questionar a radicalidade de Maio de 68 e duvidar que tenha de fato refeito o mundo (como sugere o anúncio), mas não se pode duvidar de que esta era a intenção de milhares de jovens (e alguns não tão jovens) que se reuniram naquela ocasião nas ruas de Paris e em outras capitais do mundo. Por outro lado, pode-se também duvidar de que a mentalidade consumista, individualista e fundamentalmente conservadora sugerida pelo anúncio represente acuradamente o estado de espírito das novas gerações. É provável que o anúncio revele mais o desejo dos empresários e vendedores do que o comportamento real dos consumidores. Não há dúvida, no entanto, de que o anúncio, posteriormente reproduzido na capa de um volume da *Radical History Review*, publicado nos Estados Unidos em 1987 e dedicado ao estudo do impacto das novas formas de capitalismo consumista na cultura e na política contemporânea, caracteriza bem o estado de espírito de muitos historiadores e militantes quando estes confrontam as novas tendências, seja no campo da política, seja no campo da história.

Preocupados com as novas tendências que deslocaram os estudos históricos dos caminhos tradicionais ampliando enormemente as áreas de interesse, questionando os métodos e as abordagens tradicionais, e frequentemente se associando a propostas políticas novas, alguns historiadores reagem como se de fato essas tendências representem uma ruptura perigosa e uma ameaça ao projeto de construção de uma sociedade mais humana. Essa preocupação é ainda mais visível entre os que se dedicam

* Professora da Universidade de Yale.

¹ Maiô de 68, refez-se o mundo. Em Maio de 86, reforma-se a cozinha.

ao estudo da história do trabalho, no passado, um campo preferido por militantes. Um grande número de artigos e resenhas publicados recentemente, criticando a nova história social do trabalho, atesta essa preocupação e faz da história do trabalho um campo ideal para se estudar esse fenômeno. O campo parece dividir-se em dois grupos. De um lado, estão os que encaram com suspeita e reserva as novas tendências e continuam a reproduzir em seus trabalhos abordagens estruturalistas típicas dos anos 60, sem dar ouvidos às novas propostas. Do outro, estão os que prosseguem no trabalho de demolição das posturas dos anos 60, convencidos da validade do novo, simplesmente porque é novo, sem se preocuparem em examinar as possíveis limitações e implicações das novas abordagens.

Tanto uma postura quanto outra me parecem igualmente equivocadas. Uma porque se recusa a integrar a teoria às transformações extraordinárias que ocorreram no mundo contemporâneo nos últimos trinta anos, apegando-se a esquemas teóricos que dão não mais conta do real, perdendo assim a capacidade de recrutar seguidores entre as novas gerações; a outra porque, no seu afã de originalidade, ao inverter simplesmente os postulados da historiografia dos anos 60 em vez de integrá-los numa síntese mais rica, corre não só o risco de recriar, sob aparência do novo, um tipo de história bastante tradicional, mas o que é mais sério, no afã de buscar novos temas pode deixar inteiramente de lado aspectos que são fundamentais para a compreensão da vida do indivíduo em sociedade, deixando-o desprovido dos referenciais necessários para que ele possa situar-se no presente e projetar a construção de uma sociedade mais livre e mais justa. A historiografia transforma-se então num exercício puramente estético e retórico, ou, o que é pior, num exercício meramente acadêmico que acaba por servir — a despeito da intenção explícita dos autores em sentido contrário — a propósitos eminentemente conservadores. Nesse campo assim polarizado, parece-me que é de suma importância nos determos para refletir sobre essas tendências, não para retornar às abordagens e práticas que foram obviamente superadas pela própria história contemporânea, nem para simplesmente celebrar as novas abordagens, mas com o objetivo de abrir caminhos para uma nova síntese mais fecunda.

Para entender-se a ruptura epistemológica que ocorreu na historiografia nos últimos trinta anos, é necessário examinar as profundas mudanças que afetaram a sociedade e, ao mesmo tempo, alteraram as condições de produção intelectual. Para isso é preciso lembrar, em primeiro lugar, que sinais das tensões que vieram à tona nos últimos anos podem ser traçados já nos fins dos anos 50. As obras de Sartre, *Crítica da Razão Dialética* e de seu adversário Merleau Ponty, *Humanismo e Terror* e as *Aventuras da Dialética*, se bem que respondessem de maneira diversa aos

\$5.00

RADICAL HISTORY

REVIEW



Mai 68, on a refait le monde.
Mai 86, on refait la cuisine.



(May 1968, Redoing the World.
May 1986, Redoing the Kitchen.)

desafios de seu tempo, continham já as perplexidades e dúvidas que desembocaram no impasse teórico com que se defrontam hoje os historiadores. Num ensaio publicado nos anos 60, Merleau-Ponty observava que a dialética também tem sua história. Depois de chamar atenção para a tensão entre liberdade e necessidade que existe no interior da dialética ele observava que dependendo da práxis social dos vários momentos, os agentes históricos são levados ora a enfatizar o papel do sujeito e, portanto, da sua subjetividade, da sua vontade e da sua liberdade, ora o das forças históricas. De fato, quando se examinam as mudanças que ocorreram na historiografia nos últimos trinta anos observa-se um deslizamento progressivo de um momento estruturalista que privilegiava a necessidade, para um momento anti-estruturalista que dá ênfase à liberdade. De uma ênfase no que se definia como “forças históricas objetivas”, para uma ênfase na “subjetividade” dos agentes históricos. De uma preocupação com o que nos anos 60 se conceituava como “infra-estrutura”, para uma preocupação com o que então se conceituava como “superestrutura”.

O que começara como uma crítica salutar e necessária a mecanicismos e reducionismos economicistas e à separação artificial entre infra e superestrutura — separação essa habilmente criticada por Raymond Williams — assim como as críticas feitas por E. P. Thompson ao estruturalismo de Althusser, acabaram, contrariamente às intenções daqueles autores, numa total inversão da dialética. O cultural, o político, a linguagem deixaram de ser determinados para serem determinantes. A consciência passou a determinar o ser social. Assim também a crítica bastante válida às noções essencialistas de classe e às relações mecânicas entre classe e consciência de classe, corretamente problematizadas na importante obra de Goran Therborn, *Ideologia e Poder ou o Poder da Ideologia*² e os novos caminhos que essa crítica abriu para uma investigação dos processos de construção das múltiplas e freqüentemente contraditórias identidades (étnicas, religiosas, de classe, de gênero, de nacionalidade), desembocaram em posições que levaram ao completo abandono do conceito de classe como categoria interpretativa. A válida crítica ao objetivismo positivista que postulava uma total autonomia do objeto em relação ao sujeito e que confiava cegamente no caráter científico da história, e o necessário reconhecimento de que o historiador constrói o seu próprio objeto, freqüentemente levaram a um total subjetivismo, à

² Goran Therborn, *The Ideology of Power and the Power of Ideology* (Verso 1980).

negação da possibilidade de conhecimento, e até mesmo ao questionamento dos limites entre história e ficção.³

No meu entender, tanto as abordagens tradicionais hoje submetidas à crítica quanto as novas posturas são profundamente antidialéticas. Elas não só postulam uma separação artificial entre objetividade e subjetividade (ou liberdade e necessidade) esquecendo que uma está implicada na outra, mas também ignoram um princípio básico da dialética que afirma que são os indivíduos (homens e mulheres) que fazem história, se bem que a façam em condições que não foram por eles escolhidas. O resultado desse movimento de uma postura teórica para outra foi que se passou simplesmente de um tipo de reducionismo para outro. Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico. A um tipo de reificação opôs-se um outro. O que se assistiu foi uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatórias, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria da práxis.

No processo de liquidação das abordagens tradicionais houve outras vítimas. Uma delas foi a noção de processo histórico. Insatisfeitos (e com bastante razão) com uma história teleológica que enxergava cada momento como uma etapa necessária de um processo histórico linear que automaticamente conduziria a um fio já explicitado de antemão, um grande número de historiadores passou a negar que a história obedecesse a qualquer lógica. Ao mesmo tempo, abandonaram qualquer esforço de totalização. Isso levou ao descrédito e abandono de todos os modelos teóricos, fossem eles emanados das teorias de modernização, da teoria da dependência ou das teorias sobre os modos de produção. Conseqüentemente, as questões teóricas que no passado freqüentemente se ressentiam da falta de embasamento empírico e se perdiam em debates escolásticos, estéreis e infrutíferos, passaram a um segundo plano, quando não foram totalmente esquecidas. O empirismo virou moda novamente. Não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em si mesmo. Como se a história inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos. De um processo dedutivo, não dialético, que demonstrava mais do que investigava, e que já parecia saber a história de antemão, passou-se a um processo indutivo que jamais se alça ao nível teórico, e que quando muito se funda na esperança de que a

³ WHITE, Hayden. "The Value of Narrativity in the Representation of Reality", *Critical Inquiry* (Autumn, 1980), 6-27 e do mesmo autor "The Structure of Historical Narrative", *CLIO* (1972), 5-20, e no mesmo volume "The Historical Text as Literary Artifact", 41-62.

acumulação de dados e monografias venha um dia a permitir a elaboração de uma teoria. Passou-se também a privilegiar o acidental, o imprevisível, o inesperado, o irracional, o espontâneo, chegando-se ao ponto de se negar pura e simplesmente a existência de um processo histórico. A história *tableau*, as histórias da vida cotidiana, que pareciam ter sido de há muito enterradas, foram ressuscitadas, sob uma nova roupagem terminologicamente mais sofisticada. Mas sob essa roupagem a velha história da vida cotidiana, tão em moda nos anos 50, volta a circular. Assim também a memória, o depoimento tomaram cada vez mais o lugar ocupado pela história. Porque a historiografia tradicional negligenciara, erroneamente, a subjetividade dos agentes históricos, (transformando-a num epifenômeno), a nova historiografia fez desta o centro de sua atenção. Fazer história do ponto de vista do participante passou a ser o novo lema. A história oral passou a ser um gênero favorito. Multiplicaram-se os estudos fundados exclusivamente em memórias, depoimentos e entrevistas, como se estes contivessem toda a história, ou, em outras palavras, como se a história se resumisse numa confusão de subjetividades, uma espécie de torre de babel. Os mais extremados chegaram a imaginar que a única saída é permitir que cada um conte a sua verdade. O trabalho do historiador neste caso se limitaria a registrar as várias versões. Simultaneamente, a atenção dos historiadores deslocou-se da preocupação com as estruturas globais de dominação, os processos de acumulação do capital, o papel do Estado e as relações entre as classes sociais, que haviam preocupado a historiografia tradicional, para as chamadas microfísicas do poder.⁴

Essa tendência que deve muito a Foucault representou uma extraordinária expansão das fronteiras da história: a loucura, a anorexia, a criminalidade, a prostituição, a homossexualidade, a feitiçaria, o carnaval, o cheiro, as procissões, os mistérios e os rituais, a teatralidade do poder, os mitos, as lendas, as formas individuais e cotidianas de resistência, que no passado apenas marginalmente tinham interessado aos historiadores absorveram grande parte da energia dos jovens. No entanto, com raras e notáveis exceções, os que em número crescente se devotaram a esses estudos raramente tentaram estabelecer uma conexão entre a micro e a macrofísica do poder. Na historiografia em geral esses dois tipos de abordagens (com raras exceções como por exemplo no livro de Carlo Guinzburg: *The Cheese and the Worms or the Knight Battles* ou de Natalie Davis a *Volta de Martin Guerre*, por exemplo), continuaram a correr para-

⁴ Para maiores detalhes, Emília Viotti da Costa, "Structures Versus Experience: What Do We Gain, What Do We Loose?" *International Labor and Working Class History*, 36 (Fall 1989), 3-24.

lelas sem jamais se tocarem. O resultado foi que apesar da extraordinária expansão das fronteiras da história e do enriquecimento inegável da nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos, a macro-física do poder permaneceu na sombra. Quando o poder está em toda a parte, acaba por não estar em lugar algum. Além de que, o método de análise derivado de uma leitura simplificada e seletiva da obra de Foucault embora tenha contribuído para esclarecer e ampliar a compreensão dos vários locais onde o poder se exerce, recusa-se a explicar como e porque ele se constitui, se reproduz e se transforma. As conexões entre o cotidiano e a macrofísica do poder são esquecidas. Contrariamente à intenção original de Foucault, as micro-histórias freqüentemente ficam como peças coloridas de um caleidoscópio quebrado, sem se juntarem, sem se articularem num desenho, não passando de fragmentos de uma experiência sem sentido.

As formas de contestação que no passado se baseavam na crítica do estado e das estruturas econômicas e sociais não foram validadas pela nova prática historiográfica, talvez melhor seria dizer que foram desqualificadas. Outras práticas encontraram justificativa nessa nova história que vê em cada gesto uma forma de resistência, celebra o espontaneismo, a resistência cotidiana, as armas dos fracos (*weapons of the weak*) no dizer de James Scott, e prega a subversão da linguagem.⁵ No entanto, o que potencialmente pode significar emancipação também pode facilmente se transformar num beco sem saída, pois é difícil posicionar-se numa história arbitrária, caótica, sem sentido nem direção.

Nenhuma das tendências citadas até aqui, contribuiu tanto para a inversão da dialética quanto a excessiva ênfase no discurso, seja ele o discurso dos oprimidos ou dos opressores, dos reformistas ou dos conservadores — tendência que levou ao que um autor chamou de lingüicismo grosseiro (*vulgar linguisticism*).⁶ Essa tendência bastante generalizada nos vários campos da história apareceu em toda sua plenitude em estudos que nasceram de preocupações femininas. Brian Palmer em *Descent into Discourse*, depois de reconhecer enorme valor e significado desses novos estudos chama atenção para o fato de que embora muitos deles se utilizem da teoria do discurso, a grande maioria não fez senão importar uma terminologia que serve apenas para enfeitar os textos de história social que continuam, no mais, a seguir metodologias bastante convencionais.

⁵ James C. Scott, *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance* (New Haven, 1985).

⁶ Comentário de Myra Jehlen in *Radical History Review* Winter 1989, citado por Brian Palmer, "Descent into Discourse", pp. 163-64.

Discurso, linguagem, simbólico, desconstrução, passaram a ser expressões de uso corrente, se bem que frequentemente mais como parte do vocabulário, do que da teoria.⁷

O passo seguinte foi a reificação da linguagem. Essa tendência aparece claramente nos estudos sobre a classe operária.⁸ Stedman Jones, por exemplo, autor de um controvertido estudo sobre o cartismo⁹ depois de afirmar que não há realidade social fora ou anterior à linguagem, conclui que a classe é construída numa complexa retórica de associações metafóricas, inferências causais e construções imaginárias.¹⁰ Criticando Stedman Jones por não ir às últimas consequências dessa metodologia, Joan Scott¹¹ vai ainda mais longe propondo um método de análise que mostre como idéias tais como classe convertem-se através da linguagem em realidades sociais (*ideas such as class become through language, social realities*). Segundo ela, a linguagem determina a forma das relações sociais em vez do reverso,¹² Scott dá prioridade ao *conceito* de classe sobre a *experiência* de classe ao afirmar que antes de que indivíduos possam-se identificar como membros de uma classe e possam agir coletivamente como tal, eles precisam ter o conceito de classe — o que evidentemente representa uma inversão das posturas teóricas tradicionais.¹³

Com isso não quero dizer que a análise do discurso não seja uma técnica imprescindível ao trabalho do historiador. Ou que a retórica não seja uma importante, e mesmo fundamental, via de acesso à compreensão história. Mas reconhecer isto não é o mesmo que dizer que a análise do discurso é suficiente para a compreensão da história. E muito menos, como querem alguns, que o que existe são apenas textos sobre textos, e

⁷ Bryan D. Palmer, *Descent into Discourse. The Reification of Language and the Writing of Social History* (Philadelphia, 1990).

⁸ GRAY, R. "The Deconstructing of the Working-Class" in *Social History*, XI (1986) and FOSTER, J. "The Declassing of Language". *New Left Review*, 150 (1985).

⁹ JONES, G. Stedman. *Languages of Class: Studies in English Working-Class History, 1832-1982* (Cambridge, 1983).

¹⁰ Leia a crítica a Stedman Jones em Neville Kirk, "In Defence of Class. A Critique of Recent Revisionist Writing Upon the Nineteen Century Working-Class", *International Review of Social History*, 37 (1987), 2-47. Ainda em P.A. Pickering, "Class Without Words: Symbolic Communication in the Chartist Movement", in *Past and Present*, 112 (1986) and J. Epstein, "Rethinking Categories of working-class History", in *Labour Le Travail*, 18 (1986).

¹¹ "On language", Gender, and "Working Class History", *International Labor and Working-Class History*, 31, (Spring 1987):1-14.

¹² Críticas a Joan Scott in *International Working and Labor Class History*, 31, Spring 1987, particularmente Christina Stansell pp. 24-30.

¹³ "concepts like class are required before individuals can identify themselves as members of such a group, before they can act collectively as such", Scott, A Reply to Criticism, *International Labor and Working-Class History*, 32, Fall (1987):39-45.

que o trabalho do historiador é semelhante ao do crítico literário e não passa de uma desconstrução *ad infinitum*.¹⁴

Descrevendo os sucessos de 68 e a emergência do post-estruturalismo, Terry Eagleton comenta com ironia que, incapaz de subverter as estruturas do poder do estado, a geração de 68 subverteu a linguagem. Numa resenha do livro de Furet sobre a Revolução Francesa, Lyn Hunt comentava em 1981 que a história da Grande Revolução há muito associada à violência, fome e conflito de classes foi transformada num "evento semiológico". Ignorando as estruturas de poder e a maneira pela qual elas medeiam a linguagem e a ação humana, Furet construiu uma nova metafísica.¹⁵

A historiografia contemporânea revela uma preocupação crescente com problemas epistemológicos, com o discurso do próprio historiador. Essa tendência também não é nova. Em 1956, numa conferência pronunciada nos Estados Unidos, na universidade de Johns Hopkins, Derrida afirmava: "precisamos interpretar a interpretação mais do que interpretar as coisas". Seu apelo encontraria um grande número de seguidores que se ocuparam mais em discutir os limites da consciência histórica, do que a própria história que, dessa forma, ficou cada vez mais inacessível. O questionamento das categorias explicativas utilizadas pelo historiador levou a uma obsessiva indagação sobre a validade de se aplicar nossas categorias a outros espaços, outros tempos, outras culturas. Podem as categorias nascidas da experiência europeia serem aplicadas ao Oriente?¹⁶ Pode o colonizador falar sobre o colonizado? Podem os homens falar sobre a experiência das mulheres, ou brancos sobre negros? É possível escrever-se sobre a história das classes subalternas ou deverão os subalternos falar por si mesmos? Podem os subalternos falar?¹⁷ Serão as teorias sobre a divisão sexual do trabalho adequadas ao estudo das regiões centrais do capitalismo aplicáveis às regiões periféricas?, indaga uma autora num ensaio recentemente publicado na *Latin American Research Review*.¹⁸ As dúvidas se multiplicam. Aqui também e mais uma vez, o que pode ser uma reflexão salutar sobre as distorções que o viés do historiador impõe à construção da história, pode também facilmente

¹⁴ A anedota das tartarugas em Clifford Geertz: *Thick Description in The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, 1973.

¹⁵ Brian Palmer, *Descent into Discourse The Reification of Language and the Writing of Social History*, (Temple University Press, 1990).

¹⁶ Edward W. Said, *Orientalism* (New York, 1979).

¹⁷ Esse é o título de um ensaio de Gayatri Chakravorty Spivak, publicado em Dary Nelson and Lawrence Grossberg eds., *Marxism and the Interpretation of Culture* (Chicago, 1988).

¹⁸ Lynne Philips, *Rural Women in Latin America: Directions for Future Research*, *Latin American Research Review* 25, 3 (1990), 89-108.

levar a total negação da sua possibilidade. Estamos longe evidentemente, das muitas certezas que caracterizavam os anos 60. O que pode ser bom, mas também pode ser mau.

Que a produção historiográfica derivada de uma certa leitura positivista dos autores clássicos da dialética deixava muito a desejar é uma observação bem antiga. De certa forma, muito do que se caracteriza hoje como pós-moderno, pós-estruturalista, encontra suas raízes na obra de um filósofo francês que exerceu um fascínio extraordinário nos anos 60 mas que curiosamente foi colocado no ostracismo provavelmente pelas suas vinculações políticas com o PCF. Talvez não seja por acaso que enquanto o silêncio recaiu sobre a importante obra de Jean-Paul Sartre, quem tomou o seu lugar foi um seu adversário político, o jornalista e panfletista Raymond Aron, cuja obra os intelectuais dos anos 60 desprezavam pela falta de profundidade de suas idéias, mas que desde então passou a ser o guru de uma nova geração. (Há algum tempo, o *New York Times* dedicou uma página inteira a Raymond Aron, escrita por um conhecido intelectual de direita.) No entanto, qualquer um que se dê ao trabalho de ler a introdução escrita por Sartre a *Crítica da Razão Dialética* (Jean-Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, precede de *Question de Methode* (Paris, 1960). Encontrará aí uma crítica perspicaz da historiografia marxista francesa do seu tempo, uma crítica certamente mais rica e estimulante do que a feita muitos anos antes por Nietzsche à historiografia do seu próprio tempo. No entanto, foi este e não Sartre quem juntamente com Raymond Aron foi reciclado nos últimos anos, não obstante ter sido Nietzsche um dos ideólogos que serviu de inspiração aos nazistas.

Foi Sartre quem nos anos 60 criticou o intelectual marxista que acreditava servir seu partido violentando a experiência e negligenciando detalhes, simplificando grosseiramente os dados e conceitualizando o evento antes mesmo de tê-lo estudado.¹⁹ Sartre denunciou também a transformação de um método de investigação em metafísica. Os conceitos abertos, diria ele, se fecharam, não são mais chaves, esquemas interpretativos, eles se apresentam como saber já totalizado. A pesquisa totalizadora cedeu lugar a uma escolástica da totalidade. O princípio eurístico: buscar o todo através das partes foi transformado nessa prática terrorista de liquidar a particularidade.²⁰ Analisando a obra de Dabiel

¹⁹ "Pendant des années l'intellectuel marxiste crut qu'il servait son parti, en violent l'expérience, en négligeant les détails gênants en simplifiant grossièrement les données et surtout en conceptualisant l'événement avant de l'avoir étudié."

²⁰ "Les concepts ouverts se sont fermés, ce ne sont plus des clés, des schémas interprétatifs, ils se posent pour eux mêmes comme savoir déjà totalisé." "La recherche totalisatrice a fait place à une scolastique de la totalité... Le principe euristique chercher le tout à travers les parties est devenu cette pratique terroriste liquider la particularité."

Guerin intitulada *La Lutte des Classes Sous la Première République*, Sartre comentava: "Esse método não nos satisfaz, ele é, *a priori*, não tira seus conceitos da experiência que quer decifrar, está certo de sua verdade antes mesmo de começar, (...) seu único objetivo é fazer entrar os acontecimentos, as pessoas e seus atos em moldes pré-fabricados." Sartre criticava a redução do político ao social, assim como a incapacidade dos historiadores de integrar na história a perspectiva dos agentes históricos, criticava ainda a redução da ideologia aos interesses de classe. Acusava esse tipo de história de dissolver os homens reais num banho de ácido sulfúrico. Sartre questionava ainda as abordagens que estabeleciam uma relação mecanicista entre indivíduo e classe social e entre classe social e consciência, entre práxis imaginária e real. Ele insistia na importância das mediações e condenava o caráter teleológico das explicações. Numa famosa frase ele sintetizava toda a sua crítica: "Valéry é um intelectual pequeno burguês, mas nem todo pequeno burguês intelectual é Valéry" (p.44); essa observação, segundo Sartre, definia a insuficiência do marxismo de seu tempo. Foi Sartre também que denunciou a falta de estudos sobre a infância: os historiadores, dizia ele, "agem como se os homens experimentassem a alienação e a reificação primeiramente no trabalho, quando de fato cada um vive a alienação primeiramente como criança, no trabalho dos pais".²¹ Foi Sartre quem chamou atenção, para a importância da história da sexualidade que na sua opinião não era senão uma maneira de viver num certo nível, e da perspectiva de uma certa aventura individual, a *totalidade* de nossa condição.²² Sartre criticou também as abordagens essencialistas, funcionalistas e estáticas que ignoram o significado das contradições e a importância do processo histórico diacrônico. Já nos anos sessenta, Sartre propunha-se a recuperar o homem no interior do marxismo. Foi esse projeto que ele tentou desenvolver no seu livro sobre Flaubert. Sua companheira Simone de Beauvoir foi igualmente pioneira. Foi ela quem nos anos 60 levantou a bandeira do novo feminismo. Portanto, no bojo dos anos 60 já se podiam detectar as perplexidades e as diretivas que desembocaram na historiografia contemporânea, via Barthes, Foucault, Lacan e Derrida.²³

²¹ "Le marxistes d'aujourd'hui n'ont souci que les adultes on croirait a les lire que nous naissons a l'age ou nous gagnons notre premier salaries, ils ont oublié leur propre enfance... comme si le hommes éprouvaient leur alienation et leur reification dans leur propre travail d'abord, alors que chacun la vit d'abord, comme enfant, dans le travail des ses parents."

²² "N'est qu'une manière de vivre a un certain niveau et dans la perspective d'une certaine aventure individuelle la totalité de notre condition."

²³ No entanto, apesar da diferença que existe entre eles, esses autores, com exceção de Sartre e Simone de Beauvoir, tendem a ser anti-humanistas e a-históricos. Veja-se sobre isso Kate Soper, *Humanism and Anti-Humanism. problems in Modern European Thought* (London, 1986).

A historiografia dos nossos dias ergueu-se contra os defeitos assinalados por Sartre se bem que ao tentar evitá-los não seguiu os caminhos por ele indicados. Foi Nietzsche quem capturou a imaginação da nova geração com seu esteticismo. Sua idéia de que é apenas como fenômeno estético que a existência e o mundo se justificam e que os fatos e as coisas são criadas pelo próprio ato de interpretar pareceu mais atraentes do que a proposta sartreana que se mantinha ainda dentro dos limites do marxismo.

A insurreição contra a historiografia tradicional e seus métodos e abordagens se evidencia de forma mais clara nos estudos contemporâneos sobre a história do trabalho. É aí também que se dão os maiores confrontos entre os representantes dos dois grupos; mesmo porque, neste caso, o que está em questão não é apenas qual a melhor interpretação do passado, mas também qual a melhor estratégia no presente. Enquanto a historiografia dos anos 60 focalizava as macrofísicas do poder e se preocupava com as estruturas econômicas e o papel do Estado e das lideranças operárias na formação da classe operária, privilegiando os momentos de conflito entre capital e trabalho, a historiografia contemporânea focalizou os rituais, a linguagem as formas cotidianas de resistência e de lazer. Enquanto a historiografia tradicional se preocupava em estudar o impacto que a transformação industrial e o Estado tiveram no movimento operário, a nova história inverteu a questão e passou a preocupar-se mais em examinar o impacto que a mobilização operária teve tanto na economia quanto na organização do Estado. Enquanto a historiografia tradicional concentrava sua atenção na classe operária, à qual atribuía uma predisposição revolucionária, a nova historiografia problematizou e historicizou a noção de classe, questionando tanto a visão essencialista da classe operária característica da historiografia tradicional como a inevitabilidade previamente assumida da sua vocação revolucionária. Questionou também a existência de uma solidariedade natural da classe operária expondo os conflitos internos entre vários tipos de identidade: político-partidária, nacional, religiosa, étnica, sexual, que na prática se articulam de várias formas à identidade de classe, às vezes reforçando-a, às vezes enfraquecendo-a. A nova historiografia repudiou também as abordagens teleológicas que assumiam que a história caminhava inevitavelmente e de forma unilinear para o socialismo e que viam em cada momento histórico uma nova etapa nessa direção. O foco de atenção deslocou-se do movimento operário, dos partidos políticos e dos sindicatos, para os operários; da classe operária para os trabalhadores; da fábrica para a casa e a rua; do operário para a família operária; do trabalho para as atividades recreativas e para a cultura.

A partir dessa reavaliação da experiência operária reexaminaram-se as relações entre lideranças e liderados, entre a elite sindical e os tra-

balhadores e entre as lideranças sindicais e os governos no período populista. Questionaram-se as abordagens que assumiam uma conexão automática entre os tipos de atividades exercidas pelos operários e as formas de consciência, ao mesmo tempo que se descartaram os conceitos de hegemonia e falsa consciência freqüentemente utilizados pela historiografia tradicional. A massa de trabalhadores urbanos não-industriais que escassamente interessara a historiografia tradicional passou a ser foco de novas pesquisas. Dessa forma, alargaram-se os horizontes da historiografia que passou a interessar-se pelos movimentos sociais, a incluir as mulheres e a questionar a validade de uma historiografia que ao conceituar a classe operária em países em que mulheres e grupos étnicos diversos compunham a maioria dos operários, freqüentemente os ignorara em benefício do trabalhador masculino e branco, uma historiografia que deixava de lado o papel importante desempenhado pela mulher na produção e reprodução da classe operária. Nesse processo de revisão, alguns autores chegaram a sugerir uma reinterpretação feminista da formação da classe operária.²⁴

A inversão da dialética tem provocado nos últimos anos um grande número de debates e algumas reações negativas. Num ensaio cujo título revela as preocupações do autor, "Em busca de um 'Novo' sujeito histórico: o fim da cultura operária, do movimento operário e do proletariado,"²⁵ Michael Schneider caracteriza esse conflito que tem lugar dentro dos debates sobre a Social Democracia e sua política na Alemanha pós-guerra.

Dentro desse novo contexto, alguns escritores como André Gorz chegaram mesmo a argumentar que nesta era pós-industrial o proletariado desapareceu, tornou-se uma minoria privilegiada. Em seu lugar apareceram outros grupos. A partir dessa conjuntura, as formas tradicionais de consciência proletária não têm condições de emergir. Esses autores chegam a vaticinar o fim do movimento operário e a emergência dos movimentos sociais tais como os movimentos em prol da paz (*peace movements*), os movimentos de moradores, os movimentos ecológicos, os movimentos de mulheres etc. Outros olham com nostalgia para um passado que eles descrevem como um momento em que a cultura operária era integrativa e radical e culpam as práticas da Social Democracia pelo seu desa-

²⁴ Para maiores detalhes, Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina. O que se perde e o que se ganha", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* 29 (1990), 3-16.

²⁵ Michael Schneider, in Search of a "New Historical Subject": The end of working-class culture, the Labor Movement, and the Proletariat, *ILWCH* Fall 1987, pp. 46-58.

parecimento. Outros ainda, como Schneider, afirmam que a inclusão da Social Democracia e dos Sindicatos no período de pós-guerra no sistema político democrático e na economia de mercado, contribui para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o que, somada nova legislação sobre relações trabalhistas, levou à erosão da consciência de classe.²⁶ À medida que o reformismo social conseguiu uma maioria parlamentar, diminuiu a convicção de que o processo de emancipação humana reside no proletariado. O declínio numérico do proletariado e as dificuldades, senão impossibilidade, de criar uma consciência de classe levaram à redefinição das estratégias políticas de transformação social e simultaneamente à busca de novos paradigmas historiográficos orientados para o estudo da política do cotidiano, o que deu margem ao florescimento da nova história social do trabalho.

Analisando as consequências dessas novas práticas políticas e historiográficas, Schneider observa que a solidariedade de pequenos grupos de trabalhadores ou de habitantes de uma parte da cidade (grupos de vizinhança), sem dúvida cria ilhas alternativas de cultura e reforma social, mas não podem substituir um programa político mais inclusivo. Para ele, o projeto de estudar-se a vida cotidiana que tem por objetivo descobrir o potencial político na vida do homem comum e que enfatiza apenas os aspectos negativos das organizações classistas e político-partidárias mais inclusivas, pode facilmente levar a um beco sem saída. Mesmo quando se refere ao movimento operário, a história que não vai além da vida cotidiana valoriza os atos isolados de resistência, tem como resultado diminuição a dimensão política do movimento operário. Depois de apontar as deficiências metodológicas dessa nova história, Schneider conclui que muitos desses estudos locais e regionais que se justificam em nome de dar voz aos oprimidos e preencher os pontos de silêncio do discurso oficial desembocam numa compilação não crítica e assistemática de detalhes, cuja relevância nunca é questionada, um cemitério de fontes, um repositório de curiosidades. Finalmente, diz Schneider, existe sempre o perigo de que os historiadores que cultivam esse tipo de história sejam eles próprios incapazes de avaliar criticamente a sua própria situação e sua própria vulnerabilidade.²⁷

Essa crítica vinda de um historiador alemão ao analisar as tendências da historiografia em seu país merece atenção, se bem que se

²⁶ Processo análogo foi registrado na Inglaterra nas duas décadas que se sucederam à Segunda Grande Guerra. In James Cronin e Jonathan Schneer eds. *Social conflict political crisis in Modern Britain*. (New Brunswick, 1982).

²⁷ Michael Schneider, In *Search of a "New Historical Subject": The end of working-class culture, the Labor Movement, and the Proletariat*, of 1.17, ILWCH Fall 1987, pp. 16-58.

possa argumentar que o autor não parece visualizar um momento seguinte em que uma síntese mais rica seja possível parecendo escapar-lhe que o que hoje lhe parece derivativo, é um momento necessário que a longo prazo pode ter como resultado a produção de uma nova história e uma nova prática mais eficaz.²⁸

Para que essa síntese seja possível, no entanto, é necessário dar ouvidos a essa crítica que hoje se ergue contra as tendências da historiografia contemporânea. É preciso que se reconheça a necessidade de trabalharmos na direção de uma nova síntese. Isso parece tanto mais necessário quando se pensa do ponto de vista das sociedades latino-americanas, em que as modas historiográficas européias ou americanas se reproduzem não necessariamente como resultado das perplexidades nascidas das condições estruturais internas, mas como produto de importação de modas intelectuais nascidas de outras realidades. Esse fenômeno muitas vezes rotulado de dependência cultural tem apenas se acentuado num mundo em que não só a economia como o próprio trabalho intelectual é cada vez mais internalizado e em que esse processo de internacionalização continua em grande parte a passar pelos centros hegemônicos de produção cultural.

Não quero com isso dizer que devemos isolar-nos ou interromper o diálogo fecundo que se estabelece com os intelectuais do mundo desenvolvido. Essa postura resultaria inevitavelmente num empobrecimento. Mas é preciso que passemos da posição de passivos consumidores de categorias interpretativas para a de produtores e para isso é necessária uma avaliação crítica do que é produzido em outras partes do mundo — tanto no centro como nas periferias, remetendo as categorias às circunstâncias de sua criação, analisando as semelhanças e diferenças de processos históricos específicos para então se indagar da validade da aplicação dessas categorias a nossas realidades.

Quando eu ouço Michelle Perrot, uma das historiadoras de vanguarda na França, dizer numa entrevista que a sociedade pós-moderna é uma sociedade em que as possibilidades de expressividade individual se multiplicaram, que o impacto do sistema político e os modelos culturais têm sido exagerados e que afinal de contas as pessoas ainda têm sua vida privada, que suas faculdades críticas são cada vez mais desenvolvidas porque um maior número de pessoas são educadas, eu me pergunto se de fato essa observação se aplica às camadas populares tanto nos países

²⁸ Alf Ludtke tenta estabelecer uma ponte entre o novo e o velho em "The Historiography of Every Day Life: The personal and the political", In Raphael Samuel and Gareth Stedman-Jones, *Culture, Ideology and Politics*, London, 1993, 38-54.

periféricos quanto ao centro. Mas quando Perrot afirma que a sociedade pós-moderna é uma sociedade em que as pessoas têm um respeito muito maior umas pelas outras, eu me pergunto em que mundo ela tem vivido. Racismo, torturas, massacres de lideranças, guerrilhas, esquadrão da morte, problemas de sobrevivência que afetam o dia-a-dia de homens e mulheres das periferias, a violência do cotidiano, a manipulação da mídia, esses e tantos outros problemas que são o dia-a-dia de milhares de pessoas nas periferias do mundo não parecem ter entrado no universo de Michelle Perrot e de muitos outros intelectuais de vanguarda dos países desenvolvidos.²⁹ Visto da periferia, o narcisismo celebratório e as formas de militância dessa nova vanguarda européia que ignora o que se passa nos confins de suas ex-colônias parecem suspeitos e isso me leva a indagar da validade de categorias interpretativas nascidas de uma experiência tão diversa e a perguntar-me até que ponto elas são úteis para entender a nossa realidade. Com isso não quero dizer que se deva simplesmente descartá-las, mas sim, que é necessário manter-se uma postura crítica em relação a elas.

As tendências historiográficas européias e americanas contemporâneas que têm encontrado receptividade crescente entre nós nasceram de situações bastante concretas, algumas semelhantes às nossas, outras, bastante diversas, o que é necessário ter em mente ao decidirmos do grau de credibilidade que merecem. Elas se relacionam diretamente à crise do sovietismo e por associação, à crise de uma certa leitura do marxismo do período de pós-guerra e a concomitante crítica da organização e estratégias dos partidos de esquerda comprometidos com a União Soviética. Nas periferias do mundo esse processo de revisão foi acelerado pelo clima repressivo desencadeado pela Guerra Fria. Os vários insucessos de regimes *soi-disant* socialistas no continente africano e os acontecimentos na China geraram novas dúvidas e muita perplexidade que nem a Revolução cubana ou a nicaraguense conseguiram minimizar.

Durante anos, a polarização leste/oeste tornou difícil uma avaliação crítica das posições e contribuiu para a formação de uma ortodoxia dissociada das transformações que ocorriam no mundo. É dentro desse contexto que as gerações mais novas buscaram novas formas de ação política e a historiografia européia buscou novos caminhos, repudiando as categorias tradicionais nascidas de uma realidade diversa. Mas esse é apenas um lado da história. O outro é muito mais difícil de se analisar e tem a ver com a

²⁹ New Subjects, New Social Commitments: An Interview with Michelle Perrot by Laura Frader e Vitoria de Grazia. Essa entrevista foi conduzida por de Grazia in Paris em 20 de setembro, 1986, e publicada na *Radical History Review*, 37 (1987); 27-40.

internacionalização da economia, a industrialização das periferias e o conseqüente processo de industrialização que ocorreu no centro; a adoção de técnicas industriais novas que economizam mão-de-obra resultando na diminuição do proletariado nos países centrais do mundo capitalista; o crescimento do terciário, a presença de um número crescente de trabalhadores migratórios (italianos, portugueses e espanhóis, por exemplo, na França e na Alemanha) e a melhoria das condições de vida de certos setores do proletariado a expensas de outros (brancos versus pretos, nos Estados Unidos, nacionais *versus* estrangeiros na Inglaterra, França ou Alemanha) e a conseqüente multiplicação de conflitos étnicos que dificultam a coesão de classe; a expansão do setor informal (no qual os trabalhadores não têm nem poder nem direitos); o extraordinário aumento da participação da mulher na força de trabalho (gerando novos problemas na esfera doméstica e levando ao questionamento das noções tradicionais sobre a classe operária e a rebelião feminista); a adoção por parte dos industriais de novas técnicas de controle da mão-de-obra com a renovação de *putting out systems* característicos das primeiras fases do movimento industrial e o inevitável isolamento das trabalhadoras; as transformações do padrão residencial com o desaparecimento de bairros exclusivamente operários dificultando o desenvolvimento de uma consciência proletária; as mudanças nas práticas de lazer, a crescente importância da mídia e o conseqüente isolamento dos indivíduos; e, finalmente, a generalização do consumismo que intensifica a tensão entre privação e desejo e enfatiza o individual às expensas do social, tudo isso tem forçado a redefinição da prática e da teoria, da política e da historiografia.³⁰ É dentro desse quadro, extremamente complexo e que varia de uma sociedade para outra, que se constituiu a nova história.

Para nós a questão que se coloca é simples: se a nova historiografia nasceu de condições históricas específicas, até que ponto é válida dentro do nosso contexto? (Como comparar, por exemplo, a situação do trabalhador da América Latina com os trabalhadores europeus e americanos, e a situação dos consumidores nas duas áreas? Como comparar os direitos do cidadão europeu ou americano com a suposta cidadania do homem comum na América Latina?).

Não há dúvida de que a simples reprodução das interpretações tradicionais (e diga-se de passagem elas próprias também importadas de forma não muito crítica) originadas em experiências bastante diversas das atuais não é suficiente para dar conta desse real. Nesse sentido, 1968 foi realmente um divisor de águas. Mas o contraste inicialmente sugerido pelo

³⁰ Sobre o impacto do consumismo, no volume 37 da *Radical History Review*, principalmente 29-93.

dístico em que comecei esta fala: Maio 1968 refez-se o mundo, Maio 1986 refaz-se a cozinha, militância e consumismo, pode ser mais aparente do que real e é certamente reversível. Os acontecimentos em curso na Europa e a recorrente crise do mundo capitalista, sentida de forma particularmente aguda nas periferias, sugerem que estamos entrando num novo período da história. O momento favorece uma nova síntese que evite todas as formas de reducionismo e reificação, sejam eles econômicos, linguísticos ou culturais, uma síntese que não perca de vista a articulação entre micro-física e macro-física do poder, que reconheça que a subjetividade é ao mesmo tempo constituída e constituinte, uma síntese enfim que seja centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências e que leve a uma nova historiografia e uma nova estratégia (que permita coordenar os vários movimentos sociais sem retirar-lhes a autonomia), e que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare os caminhos do futuro. O momento convida à reflexão e foi este o propósito desta falta.³¹

RESUMO

A autora analisa as transformações da historiografia nos últimos trinta anos, relaciona-as às mudanças ocorridas na sociedade e nos processos de produção cultural. Crítica tanto os historiadores que permanecem apegados aos métodos estruturalistas dos anos 60 como os que rejeitam em bloco as lições do passado e embarcam no pós-moderno sem qualquer crítico. A autora conclui propondo uma síntese entre essas duas propostas.

ABSTRACT

The author analyzes the transformations in western historiography during the past three decades, relating them to changes in society and in the processes of cultural production. She criticizes both those historians who remain trapped in the structuralism of the 1960s, and those who reject entirely the lessons of the past and who embrace post-modernism uncritically. She concludes with a proposal for a synthesis of the two positions.

³¹ ADAMSON, Walter L. "Leftist Transformations: A Clash Between the Feasible and the Desirable", *Radical History Review* 37, 94-100.